

AUTORIA, ORIGINALIDADE E ÉTICA NO USO DA IA EM TRABALHOS ACADÊMICOS

AUTHORSHIP, ORIGINALITY, AND ETHICS IN THE USE OF AI IN ACADEMIC WORK

Sivanildo de Sousa Martins

Faculdade Porto Velho, Brasil

Joselaine de Fátima Alves Paes

MUST University, Estados Unidos

Cinthyia Caiçara de Meneses

MUST University, Estados Unidos

Fabio Luiz de Alcantara

Faculdade Iguaçu, Brasil

Miguel Henrique Ribeiro de Araújo

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/5e6z5p64>

Aceito em: 20.07.2026

Resumo: A expansão da inteligência artificial generativa no ambiente universitário deslocou o debate sobre a escrita acadêmica para o campo da autoria, da originalidade e da responsabilidade humana. Este artigo teve como objetivo analisar as implicações éticas do uso da IA na produção de textos acadêmicos, considerando a autoria, a originalidade e a integridade científica. A pesquisa tratou da IA como ferramenta de apoio à escrita, à revisão e à organização textual, sem atribuir à tecnologia a condição de autora ou coautora. A metodologia adotada foi bibliográfica, desenvolvida mediante levantamento, seleção e análise crítica de produções científicas recentes sobre o tema. O estudo indicou que o uso da IA pôde contribuir para a produção acadêmica quando foi declarado, supervisionado e submetido à verificação humana. Concluiu-se que a autoria permaneceu vinculada ao pesquisador, responsável pela precisão das informações, pela coerência argumentativa e pela integridade do texto final. Também se verificou que a originalidade dependeu de apropriação crítica, domínio conceitual e reescrita autoral, não apenas da ausência de plágio. Assim, o uso ético da IA exigiu transparência, formação crítica e diretrizes institucionais para orientar estudantes, docentes, pesquisadores e periódicos científicos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial Generativa; Produção Acadêmica; Ética Acadêmica; Transparência; Integridade Científica.

Abstract: The expansion of generative artificial intelligence in the university environment shifted the debate on academic writing toward authorship, originality, and human responsibility. This article aimed to analyze the ethical implications of using AI in the production of academic texts, considering authorship, originality, and scientific integrity. The research addressed AI as a support tool for writing, revision,

and textual organization, without attributing to technology the status of author or co-author. The methodology adopted was bibliographic, developed through the survey, selection, and critical analysis of recent scientific publications on the topic. The study indicated that the use of AI could contribute to academic production when it was declared, supervised, and submitted to human verification. It was concluded that authorship remained linked to the researcher, who was responsible for the accuracy of information, argumentative coherence, and integrity of the final text. It was also verified that originality depended on critical appropriation, conceptual mastery, and authorial rewriting, not only on the absence of plagiarism. Thus, the ethical use of AI required transparency, critical training, and institutional guidelines to orient students, professors, researchers, and scientific journals.

Keywords: Generative Artificial Intelligence; Academic Production; Academic Ethics; Transparency; Scientific Integrity.

Introdução

A inteligência artificial passou a ocupar espaço relevante na produção de textos acadêmicos, sobretudo pela ampliação do uso de ferramentas generativas em atividades de escrita, revisão, tradução e organização textual. Esse cenário modificou práticas de estudo e pesquisa, pois permitiu maior agilidade na elaboração de conteúdos, mas também trouxe questionamentos sobre autoria, originalidade, integridade acadêmica e responsabilidade humana. Desse modo, o tema deste artigo foi delimitado ao uso da IA na produção de trabalhos acadêmicos, com ênfase nas implicações éticas relacionadas à autoria, à originalidade e às diretrizes de utilização dessas ferramentas.

A escolha do tema justificou-se pela necessidade de compreender como a escrita assistida por IA passou a interferir na formação acadêmica e na produção científica. A motivação da pesquisa esteve relacionada ao fato de que ferramentas generativas podem auxiliar o pesquisador, mas também podem comprometer a apropriação intelectual do texto quando utilizadas sem transparência, revisão crítica e domínio conceitual. Assim, tornou-se necessário investigar em que medida o uso da IA poderia ser considerado legítimo na produção acadêmica e quais critérios seriam indispensáveis para preservar a integridade do trabalho científico.

A questão norteadora que orientou o estudo foi: ‘Como o uso da inteligência artificial na produção de trabalhos acadêmicos pode preservar a autoria humana, a originalidade e a integridade científica?’. Essa pergunta permitiu organizar a investigação em torno de três eixos articulados: a responsabilidade humana sobre o texto produzido com auxílio tecnológico, os riscos à originalidade decorrentes da escrita automatizada e a necessidade de diretrizes éticas para orientar estudantes, pesquisadores, docentes, revisores e instituições.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar as implicações éticas do uso da IA na produção de textos acadêmicos, considerando a autoria, a originalidade e a integridade

científica. Como objetivos específicos, buscou-se discutir a responsabilidade humana diante da escrita assistida por IA; examinar os desafios relacionados à originalidade e ao plágio em textos produzidos com apoio de ferramentas generativas; e identificar diretrizes éticas que orientassem o uso transparente, crítico e responsável da IA em trabalhos acadêmicos.

A metodologia adotada foi de natureza bibliográfica, desenvolvida por meio de levantamento, seleção, leitura e análise de produções científicas relacionadas ao tema. Foram utilizadas palavras-chave como ‘agência autoral’, ‘responsabilidade autoral’, ‘escrita assistida por IA’, ‘curadoria textual’, ‘apropriação autoral’, ‘autenticidade intelectual’ e ‘declaração de uso de IA’. A busca foi realizada no *Google Acadêmico*, base que reúne artigos, livros, teses, dissertações e outros trabalhos científicos disponíveis em repositórios acadêmicos.

O processo metodológico envolveu leitura exploratória, seleção dos materiais compatíveis com os objetivos da pesquisa e análise crítica dos textos escolhidos. Foram priorizadas publicações recentes, com vínculo direto com autoria, originalidade, integridade acadêmica, ética digital e diretrizes de uso da IA na escrita científica. Foram excluídos materiais opinativos sem fundamentação teórica, textos sem identificação de autoria e produções que tratavam da IA apenas sob perspectiva técnica, sem relação com a escrita acadêmica.

Os principais referenciais teóricos utilizados foram Sampaio (2025), Navarrete-Cazales, Cruz-Victoria e Manzanilla-Granados (2025), Souza e Dandolini (2025), Ferreira *et al.* (2024) e Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025). Esses estudos fundamentaram a análise sobre autoria, originalidade, integridade acadêmica e diretrizes éticas no uso da IA. Em conjunto, permitiram compreender que a ferramenta não deveria ser tratada como autora ou coautora, pois a responsabilidade pelo conteúdo permanecia vinculada ao pesquisador. Também contribuíram para discutir transparência, curadoria humana, riscos de dependência tecnológica, proteção jurídica e necessidade de políticas institucionais.

A análise dos referenciais indicou que a IA poderia ser incorporada à produção acadêmica como ferramenta de apoio, desde que seu uso fosse declarado, supervisionado e submetido à revisão crítica. Também se observou que a originalidade não se restringia à ausência de cópia literal, pois envolvia apropriação autoral, domínio conceitual e elaboração própria. Desse modo, o estudo partiu da compreensão de que a integridade acadêmica dependia da articulação entre responsabilidade individual, formação crítica e critérios institucionais.

O artigo foi organizado em três capítulos principais. O primeiro, intitulado ‘Autoria e responsabilidade humana no uso da IA em trabalhos acadêmicos’, discutiu a permanência da autoria como prática vinculada à agência humana. O segundo, ‘Originalidade e integridade acadêmica diante da escrita assistida por IA’, analisou os

riscos à autenticidade intelectual e à produção autoral. O terceiro, ‘Diretrizes éticas para o uso da IA na produção de textos acadêmicos’, apresentou critérios de transparência, verificação e responsabilidade para o uso acadêmico da ferramenta.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem bibliográfica, com o objetivo de examinar produções acadêmicas relacionadas à autoria, à originalidade, à integridade acadêmica e ao uso ético da inteligência artificial na elaboração de trabalhos científicos. Esse tipo de investigação permitiu reunir, selecionar e interpretar estudos já publicados sobre o tema, favorecendo a construção de uma base teórica adequada para responder ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos.

A pesquisa bibliográfica foi adotada por possibilitar o levantamento de referências científicas capazes de explicar o fenômeno estudado a partir de produções já avaliadas e publicadas. Conforme Lunetta e Guerra (2023), esse tipo de pesquisa exige levantamento de fontes confiáveis, leitura exploratória, seleção crítica dos materiais e organização das informações de acordo com sua pertinência ao problema investigado. Assim, a metodologia contribuiu para identificar conceitos, aproximações e contrapontos entre os autores utilizados no artigo.

O processo metodológico foi organizado em etapas sucessivas. Primeiro, realizou-se a definição do tema e dos eixos de análise: autoria e responsabilidade humana, originalidade e integridade acadêmica, e diretrizes éticas para o uso da IA na produção textual. Em seguida, foram selecionadas palavras-chave relacionadas ao objeto de estudo, a fim de localizar materiais compatíveis com a discussão proposta.

As palavras-chave utilizadas na busca foram ‘agência autoral’, ‘responsabilidade autoral’, ‘escrita assistida por IA’, ‘curadoria textual’, ‘apropriação autoral’, ‘autenticidade intelectual’ e ‘declaração de uso de IA’. Também foram utilizadas combinações simples, como ‘agência autoral e IA’, ‘responsabilidade autoral e inteligência artificial’, ‘escrita assistida por IA e integridade’, ‘curadoria textual e IA’ e ‘declaração de uso de IA em trabalhos acadêmicos’. Essas expressões permitiram localizar produções vinculadas diretamente ao tema, evitando termos excessivamente genéricos.

A base de dados escolhida foi o *Google Acadêmico*, ferramenta de busca voltada à localização de artigos científicos, livros, dissertações, teses, capítulos e trabalhos acadêmicos disponíveis em diferentes repositórios. Sua função, nesta pesquisa, foi auxiliar na identificação de produções científicas sobre IA e escrita acadêmica, permitindo acesso a textos nacionais e internacionais pertinentes à discussão sobre autoria, originalidade e ética.

Os critérios de inclusão consideraram materiais publicados entre 2024 e 2025, textos com relação direta com o uso da IA na produção acadêmica, estudos que discutissem autoria, originalidade, plágio, integridade científica ou diretrizes éticas, e publicações disponíveis com identificação de autoria, ano, periódico ou DOI. Também foram priorizados artigos em língua portuguesa, por estarem mais próximos do contexto educacional e normativo analisado no estudo.

Foram excluídos materiais sem autoria identificada, textos opinativos sem fundamentação acadêmica, publicações sem relação direta com a temática do artigo e documentos que abordavam IA apenas em sentido técnico, sem tratar de suas implicações para a escrita acadêmica. Também foram descartados textos repetidos ou sem elementos suficientes para citação e análise científica. Esse procedimento reduziu o risco de selecionar fontes pouco adequadas ao problema investigado.

Após a seleção dos materiais, realizou-se leitura exploratória para reconhecimento do conteúdo geral, seguida de leitura seletiva para identificação dos trechos relacionados aos objetivos da pesquisa. Posteriormente, aplicou-se leitura crítica, com organização das ideias por eixo temático. Esse procedimento, inspirado nas orientações metodológicas de Lunetta e Guerra (2023), permitiu classificar as contribuições dos autores e estabelecer relações entre seus argumentos.

A análise dos materiais ocorreu por comparação teórica entre os referenciais selecionados. Foram observados pontos de aproximação, como a defesa da responsabilidade humana e da transparência no uso da IA, e contrapontos, como diferentes ênfases entre responsabilidade individual, políticas institucionais e critérios editoriais. Desse modo, a metodologia bibliográfica possibilitou construir uma discussão fundamentada sobre os limites e as possibilidades do uso ético da IA na produção de textos acadêmicos.

Autoria e responsabilidade humana no uso da ia em trabalhos acadêmicos

No debate sobre autoria e responsabilidade humana no uso da IA em trabalhos acadêmicos, Rafael Cardoso Sampaio, Navarrete-Cazales, Cruz-Victoria e Manzanilla-Granados, Souza e Dandolini, Ferreira *et al.* e Sousa, Mascia e Carrasqueira oferecem contribuições complementares. Esses autores analisam a IA como ferramenta técnica, mas recusam sua equiparação ao sujeito autoral, pois a autoria científica exige agência, responsabilidade e controle intelectual sobre o texto produzido.

A autoria em trabalhos acadêmicos envolve responsabilidade intelectual, domínio do tema, seleção de fontes e construção própria de argumentos. Santana et al. (2026) contribuem diretamente para esse debate ao diferenciar o uso de IA do plágio, afirmando que a infração ética ocorre na apropriação indevida de ideias, dados ou textos de terceiros sem atribuição adequada, e não no simples uso de uma ferramenta tecnológica.

Em diálogo com Costa e Santana (2025), compreende-se que a tecnologia pode apoiar processos de aprendizagem quando bem orientada, mas precisa ser equilibrada para não comprometer concentração, autonomia e desenvolvimento cognitivo. Assim, a originalidade no uso da IA não significa ausência de apoio tecnológico, mas capacidade de elaborar reflexão própria, revisar criticamente o material produzido e agir com transparência. A ética acadêmica, portanto, exige formação, orientação institucional e responsabilidade autoral.

A discussão sobre autoria em trabalhos acadêmicos mediados por inteligência artificial exige distinguir apoio técnico e produção intelectual. Sampaio (2025) sustenta que a IA deve ser compreendida como ferramenta, pois não dispõe de agência nem de responsabilidade moral ou jurídica. Em sentido próximo, Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) afirmam que a autoria científica requer uma pessoa legalmente responsável pelo conteúdo. Assim, a autoria permanece vinculada à decisão humana, à seleção das fontes, à construção argumentativa e à prestação de contas pelo texto apresentado.

Além disso, Navarrete-Cazales, Cruz-Victoria e Manzanilla-Granados (2025) observam que a IA generativa desafia concepções tradicionais de autoria, originalidade e plágio no ensino superior. Essa abordagem amplia o debate ao deslocá-lo da simples proibição do recurso para a análise das condições éticas de seu uso. Nessa direção, o problema central não está apenas na presença da IA no processo de escrita, mas na omissão de sua participação, na ausência de controle autoral e na transferência indevida de responsabilidade intelectual.

Entretanto, Souza e Dandolini (2025) apresentam um contraponto relevante ao indicar que a IA torna menos nítidas as fronteiras entre autoria humana e produção algorítmica. Para esses autores, a geração de textos coerentes sem domínio efetivo do conteúdo produz uma crise de autoria, pois o estudante pode entregar uma produção formalmente adequada, mas desvinculada de compreensão conceitual. Desse modo, a responsabilidade humana não se limita à assinatura do trabalho; ela envolve domínio do tema, interpretação crítica e capacidade de defender as ideias apresentadas.

Nesse mesmo campo de discussão, Ferreira *et al.* (2024) relacionam autoria à criação intelectual e ao reconhecimento moral e patrimonial do autor. A contribuição desses autores é relevante porque aproxima o debate acadêmico da dimensão jurídica, especialmente quando tratam da necessidade de atribuir corretamente a origem do texto e indicar a presença de escrita automatizada. Assim, a autoria em trabalhos com IA exige transparência sobre os procedimentos utilizados e preservação do vínculo entre sujeito pesquisador, decisão teórica e produto textual.

A responsabilidade autoral, portanto, deve ser entendida como obrigação intransferível. Sampaio (2025) formula essa posição de modo direto ao afirmar que

o autor humano deve responder pela precisão das informações, pela integridade dos argumentos e pela originalidade da contribuição:

A autoria acadêmica implica uma prestação de contas (accountability) que é intransferível. Uma IA, por ser uma ferramenta sem consciência, intencionalidade ou personalidade jurídica, não pode ser responsabilizada por erros, plágio ou quaisquer outras implicações éticas do trabalho (Sampaio, 2025, p. 7).

Por conseguinte, a IA pode participar da escrita como recurso auxiliar, mas não como sujeito epistêmico. Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) reforçam essa posição ao defenderem que ferramentas de IA não podem assumir autoria ou coautoria, pois não respondem pela originalidade, pela precisão e pela integridade do trabalho. Essa interpretação dialoga com Sampaio (2025), ao situar a agência humana como condição da autoria. A tecnologia pode sugerir formulações, revisar trechos ou auxiliar na organização textual, mas não substitui a responsabilidade acadêmica.

Todavia, a posição de Ferreira *et al.* (2024) introduz uma tensão conceitual ao discutir a hipótese de “meta-autoria”. Ao recuperar o debate sobre trabalhos gerados com apoio algorítmico, os autores questionam se o pesquisador continua sendo autor pleno ou se passa a atuar como organizador de uma produção parcialmente automatizada. Esse contraponto não elimina a responsabilidade humana, mas evidencia que a autoria precisa ser descrita com maior precisão quando há intervenção de ferramentas generativas na elaboração de textos acadêmicos.

Desse modo, os referenciais analisados aproximam-se ao recusar a atribuição de autoria à IA, mas diferem no modo como formulam o problema. Sampaio (2025) enfatiza a agência e a prestação de contas; Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) destacam diretrizes editoriais e responsabilidade científica; Souza e Dandolini (2025) tratam da crise de autoria e do risco de textos sem domínio conceitual; Ferreira *et al.* (2024) acrescentam a dimensão jurídica; e Navarrete-Cazales, Cruz-Victoria e Manzanilla-Granados (2025) inserem o tema na integridade acadêmica.

Portanto, a autoria em trabalhos acadêmicos com IA deve ser compreendida como prática humana de responsabilidade intelectual, jurídica e ética. O uso da ferramenta não descaracteriza necessariamente a autoria, desde que o pesquisador declare sua utilização, revise criticamente o conteúdo, assuma as escolhas argumentativas e responda pelo texto final. A responsabilidade humana constitui, assim, o eixo que permite diferenciar escrita assistida de substituição autoral, preservando a integridade da produção acadêmica.

Originalidade e integridade acadêmica diante da escrita assistida por IA

A originalidade acadêmica, diante da escrita assistida por IA, deixa de ser apenas um atributo formal do texto e passa a exigir controle crítico sobre sua produção. Sampaio (2025) adverte que respostas geradas por IA não devem ser assumidas como produto

final, pois demandam curadoria, revisão e apropriação autoral. Em diálogo com essa posição, Ferreira *et al.* (2024) compreendem a originalidade como característica singular da obra, associada à proteção jurídica e ao reconhecimento da autoria.

Além disso, Navarrete-Cazales, Cruz-Victoria e Manzanilla-Granados (2025) situam o problema no campo da integridade acadêmica, ao afirmarem que a IA generativa transforma as noções de autoria, originalidade e plágio. Essa leitura amplia a análise para além da escrita individual, pois envolve práticas institucionais, critérios avaliativos e novas formas de desonestidade acadêmica. Assim, a escrita assistida por IA exige normas claras e formação crítica para evitar a naturalização de textos sem autoria efetiva.

Por outro lado, Souza e Dandolini (2025) enfatizam que a IA generativa redefine os limites da autenticidade intelectual na produção científica. Para os autores, o uso indiscriminado dessas ferramentas pode comprometer a integridade acadêmica quando substitui o pensamento crítico por respostas automatizadas. Esse argumento se aproxima de Sampaio (2025), especialmente quando se considera que a produção textual não pode ser separada do domínio conceitual e da elaboração própria do pesquisador. Nesse contexto, Sampaio (2025) oferece uma orientação decisiva ao tratar o texto produzido por IA como material provisório, dependente de intervenção humana:

Nenhuma resposta produzida por IA deve ser tratada como versão final. Cada trecho de texto produzido pela máquina é um protótipo, um rascunho inicial que exige um rigoroso processo de curadoria e apropriação humana. (Sampaio, 2025, p. 5).

Contudo, a curadoria indicada por Sampaio (2025) não se limita à revisão linguística. Ela envolve verificação de plágio, coerência lógica e reescrita autoral, pois ideias geradas por IA podem derivar de textos previamente publicados. Nessa mesma direção, Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) alertam que a IA pode produzir conteúdo automatizado capaz de afetar autenticidade e originalidade. Desse modo, a integridade acadêmica depende da capacidade humana de reconhecer limites, corrigir imprecisões e justificar escolhas textuais.

Ainda assim, Ferreira *et al.* (2024) apresentam um contraponto ao reconhecerem que a IA pode contribuir para a agilidade e a melhoria formal da escrita acadêmica. Essa contribuição, porém, não elimina o risco de dependência excessiva, que pode reduzir criatividade e profundidade argumentativa. Por isso, os autores defendem transparência sobre a fonte de inspiração ou dados obtidos, preservando direitos autorais e normas de originalidade. A eficiência técnica, portanto, não substitui responsabilidade intelectual.

Nessa mesma linha, Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) destacam que a IA pode auxiliar em correções formais, mas não avalia a qualidade do argumento nem a originalidade do texto. Essa posição dialoga com Souza e Dandolini (2025), para quem o risco principal não está na tecnologia em si, mas na erosão do esforço cognitivo. A

integridade acadêmica, nesse sentido, exige que o estudante ou pesquisador permaneça ativo na análise, na seleção de fontes e na sustentação das ideias apresentadas.

Todavia, as ferramentas de detecção de IA e de plágio também apresentam limites. Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) afirmam que tais recursos, isoladamente, não definem o que é plágio nem garantem identificação segura de conteúdo gerado por IA. Esse argumento é relevante porque desloca a responsabilidade para a avaliação humana contextualizada. Logo, a preservação da originalidade não pode depender apenas de sistemas automatizados, mas de práticas pedagógicas, editoriais e institucionais de acompanhamento.

Portanto, os autores analisados indicam que a escrita assistida por IA somente preserva a integridade acadêmica quando submetida à revisão crítica, à transparência e à apropriação autoral. Sampaio (2025) enfatiza a curadoria e a reescrita; Navarrete-Cazales, Cruz-Victoria e Manzanilla-Granados (2025) destacam as novas formas de desonestidade; Souza e Dandolini (2025) tratam da autenticidade intelectual; Ferreira *et al.* (2024) discutem originalidade e direitos; e Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) reforçam a necessidade de avaliação humana.

Diretrizes éticas para o uso da IA na produção de textos acadêmicos

As diretrizes éticas para o uso da IA na produção de textos acadêmicos devem partir da distinção entre apoio técnico e delegação intelectual. Sampaio (2025) defende que a escrita acadêmica rigorosa começa fora das ferramentas de IA, com definição da tese, das perguntas de pesquisa e da estrutura argumentativa. Essa posição dialoga com Ferreira *et al.* (2024), para quem o uso da IA exige consciência ética, respeito à legislação e preservação da responsabilidade do pesquisador.

Além disso, Navarrete-Cazales, Cruz-Victoria e Manzanilla-Granados (2025) ampliam o debate ao relacionar o uso acadêmico da IA à educação em ética digital e à formulação de políticas institucionais. Para esses autores, a regulação não deve restringir-se à punição de condutas inadequadas, mas orientar práticas transparentes, críticas e socialmente responsáveis. Assim, a diretriz ética não se reduz a permitir ou proibir o recurso; ela define condições de uso compatíveis com a integridade acadêmica.

Nesse sentido, Souza e Dandolini (2025) propõem um modelo que articula normas, práticas pedagógicas e tecnologias de apoio. O mérito dessa abordagem está em reconhecer que códigos de conduta isolados não respondem aos desafios da IA generativa. Em contraponto a uma visão apenas normativa, os autores defendem que a preservação da integridade acadêmica depende também da formação do estudante e do acompanhamento docente no processo de escrita.

De modo complementar, Ferreira *et al.* (2024) inserem a discussão no campo jurídico, ao destacarem que proteção de dados, propriedade intelectual e direitos autorais devem orientar o uso da IA em textos acadêmicos. Essa contribuição impede que a ética seja tratada apenas como orientação subjetiva. Ao contrário, o uso da IA envolve deveres concretos de transparência, atribuição correta, proteção de informações e respeito às normas que regulam a produção científica.

Nessa mesma direção, Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) defendem que periódicos e instituições formulem critérios explícitos para o uso da IA na produção, revisão e publicação científica. As autoras destacam que a declaração do uso da ferramenta constitui exigência ética, sobretudo quando a IA interfere na escrita, tradução, análise ou geração de materiais. Tal posição aproxima-se de Sampaio (2025), que trata a transparência como eixo da integridade acadêmica. A centralidade da transparência pode ser sintetizada na formulação de Sampaio (2025), ao afirmar:

O principal consenso sobre o uso de IA na escrita acadêmica é a declaração transparente de sua utilização. Essa não é uma mera formalidade, mas um pilar da integridade acadêmica (Sampaio, 2025, p. 8).

Por conseguinte, a declaração do uso da IA não deve ser compreendida como procedimento burocrático. Ela permite identificar a extensão da participação da ferramenta, delimitar a responsabilidade do autor e preservar a rastreabilidade do processo de escrita. Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) reforçam esse ponto ao indicarem que políticas editoriais precisam orientar autores, revisores e editores quanto aos limites da IA, inclusive diante de riscos à confidencialidade e ao ineditismo dos manuscritos.

Todavia, a existência de regras não garante, por si só, práticas acadêmicas íntegras. Ferreira *et al.* (2024) observam que conhecer regulamentos não basta; é necessário desenvolver consciência ética para decidir quando, como e por que utilizar IA. Souza e Dandolini (2025) sustentam argumento semelhante ao afirmarem que normas institucionais são insuficientes sem estratégias pedagógicas voltadas ao pensamento crítico. Desse modo, ética e formação acadêmica tornam-se dimensões indissociáveis.

Portanto, as diretrizes éticas para o uso da IA na produção de textos acadêmicos devem articular planejamento humano, transparência, verificação independente, respeito jurídico e formação crítica. Esses elementos permitem que a ferramenta seja utilizada como apoio técnico, sem deslocar a responsabilidade intelectual do pesquisador nem comprometer a integridade da produção acadêmica.

Resultados e discussões

Os resultados indicam que a autoria acadêmica permanece vinculada à responsabilidade humana, ainda que ferramentas de IA participem da produção textual. A

tecnologia pode auxiliar na organização, revisão e formulação de ideias, mas não responde pela coerência, pela precisão nem pela integridade do trabalho. Essa constatação reforça a necessidade de que o autor revise criticamente o texto e assuma integralmente sua versão final.

No que se refere à originalidade, observou-se que a escrita assistida por IA exige mais do que ausência de cópia literal. O texto pode apresentar correção formal e fluidez, mas carecer de apropriação conceitual pelo pesquisador. Por isso, a originalidade deve ser compreendida como resultado de leitura, seleção de fontes, elaboração argumentativa e reescrita autoral, conforme discutem Sampaio (2025) e Souza e Dandolini (2025).

Outro resultado relevante diz respeito à transparência. A declaração do uso de IA mostrou-se condição necessária para preservar a integridade acadêmica, principalmente quando a ferramenta participa da escrita, da tradução, da revisão ou da organização de dados. Esse ponto aproxima os estudos analisados, pois todos reconhecem que a omissão do uso da IA compromete a identificação da contribuição humana no processo de produção científica.

Essas descobertas demonstram que o problema central não está no uso da IA em si, mas na substituição do esforço intelectual por respostas automatizadas. A ferramenta pode apoiar determinadas etapas da escrita, desde que o pesquisador mantenha domínio sobre o conteúdo, verifique as informações e reformule criticamente o material gerado. Assim, a IA deve ser compreendida como recurso auxiliar, e não como substituta da atividade acadêmica.

As conclusões também dialogam com pesquisas que tratam da integridade científica no processo editorial. Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) indicam que periódicos e instituições precisam definir critérios para autores, revisores e editores. Essa posição amplia a discussão, pois mostra que a responsabilidade pelo uso ético da IA não é apenas individual, mas também institucional, pedagógica e editorial.

Entretanto, os estudos analisados apresentam diferenças de ênfase. Alguns autores concentram-se na responsabilidade do pesquisador durante a escrita, enquanto outros destacam a necessidade de políticas institucionais e formação ética. Essa diferença não representa oposição, mas complementação: a integridade acadêmica depende tanto da conduta individual quanto de normas claras, acompanhamento docente e critérios editoriais verificáveis.

As limitações das descobertas decorrem da rápida transformação das ferramentas de IA e da dificuldade de detectar, com segurança, conteúdos gerados automaticamente. A literatura aponta que sistemas de identificação de IA e de plágio possuem margem de erro e não substituem avaliação humana. Desse modo, qualquer conclusão sobre autoria, originalidade ou desonestidade acadêmica deve considerar o contexto de produção do texto.

Alguns achados podem parecer inconclusivos porque a IA ocupa posição ambígua na produção científica. Ela pode favorecer revisão textual, organização de ideias e acesso a recursos linguísticos, conforme Ferreira *et al.* (2024), mas também pode reduzir autonomia intelectual quando utilizada sem análise crítica, como apontam Souza e Dandolini (2025). Essa ambivalência explica por que os referenciais não defendem nem adesão irrestrita nem rejeição absoluta.

Por fim, recomenda-se que novas pesquisas investiguem práticas concretas de uso da IA em cursos superiores, periódicos científicos e processos de avaliação acadêmica. Também são necessários estudos sobre declaração de uso, limites dos detectores automatizados e formas de avaliação processual. Tais investigações podem contribuir para diretrizes mais precisas sobre autoria, originalidade e integridade na produção acadêmica assistida por IA.

Conclusão

O estudo desenvolvido permitiu responder às questões levantadas na introdução e na metodologia ao demonstrar que o uso da inteligência artificial em trabalhos acadêmicos não elimina a centralidade da autoria humana. A análise evidenciou que a IA pode atuar como ferramenta de apoio à escrita, à revisão e à organização textual, mas não possui responsabilidade intelectual, ética ou jurídica sobre o conteúdo produzido. Desse modo, a autoria permanece vinculada ao pesquisador, que deve responder pelo texto final.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados ao examinar três dimensões centrais: autoria e responsabilidade humana, originalidade e integridade acadêmica, e diretrizes éticas para o uso da IA na produção de textos acadêmicos. Verificou-se que a responsabilidade autoral exige declaração do uso da ferramenta, revisão crítica das informações, domínio conceitual do tema e apropriação efetiva do texto produzido com apoio tecnológico.

Quanto à originalidade, concluiu-se que a escrita assistida por IA exige mais do que ausência de plágio literal. A integridade acadêmica depende da capacidade de transformar materiais gerados por ferramentas digitais em produção intelectual própria, por meio de leitura, interpretação, reescrita e verificação das fontes. Assim, textos formalmente corretos não podem ser considerados originais quando não resultam de elaboração crítica do autor.

No campo das diretrizes éticas, o estudo mostrou que a transparência constitui condição indispensável para o uso legítimo da IA. A declaração da ferramenta empregada, a indicação de sua função no processo de escrita e a verificação independente dos conteúdos gerados são medidas necessárias para preservar a confiabilidade do trabalho acadêmico. Além disso, normas institucionais devem ser acompanhadas de formação crítica de estudantes, docentes, pesquisadores, revisores e editores.

As principais conclusões indicam que a IA não deve ser compreendida nem como ameaça absoluta nem como solução autônoma para a produção acadêmica. Seu uso ético depende da mediação humana, da clareza metodológica, da responsabilidade autoral e do respeito às normas de integridade científica. Portanto, a questão central não é apenas utilizar ou não utilizar IA, mas definir sob quais critérios ela pode ser incorporada à escrita acadêmica.

Também se constatou que há lacunas relevantes a serem investigadas. Ainda são necessários estudos sobre formas adequadas de declarar o uso da IA, limites dos detectores automatizados, critérios institucionais para avaliação de textos assistidos por IA e impactos dessas ferramentas na formação da autoria estudantil. Essas lacunas demonstram que o tema permanece em processo de elaboração teórica, normativa e pedagógica.

Para pesquisas futuras, recomenda-se investigar práticas concretas de uso da IA em cursos superiores, programas de pós-graduação e periódicos científicos. Também se sugere analisar como docentes e avaliadores interpretam a autoria em textos assistidos por ferramentas generativas. Tais estudos podem contribuir para políticas acadêmicas mais precisas, capazes de preservar a originalidade, a responsabilidade humana e a integridade da produção científica.

Referências

- COSTA, S. R. M. da; SANTANA, A. A. Neurociência e tecnologia: abordagens inovadoras para a melhoria do processo educacional. **Revista Ilustração**, v. 6, n. 3, p. 289-301, 2025.
- FERREIRA, M.; COSTA, M. R. M.; MEIRA, É. N. G.; SILVA FILHO, O. L. da. Inteligência artificial na Educação Superior: avanços e dilemas na produção acadêmica. **EmRede: Revista de Educação a Distância**, v. 11, 2024.
- LUNETTA, A. de; GUERRA, R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Revista OWL: Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023.
- NAVARRETE-CAZALES, Z.; CRUZ-VICTORIA, J. C.; MANZANILLA-GRANADOS, H. M. Autoria, originalidade, plágio e integridade acadêmica diante da inteligência artificial generativa no ensino superior. **Educação Superior e Sociedade**, v. 37, n. 2, 2025.
- SAMPAIO, R. C. Escrita acadêmica ética, responsável e humana com inteligência artificial. **Revista de Sociologia e Política**, v. 33, e018, 2025.
- SANTANA, A. C. de A.; CAPARROZ, L. H.; SILVA, R. L. da; OLIVEIRA, I. dos S.; SOUZA, T. F. da S.; SOUSA, F. P. de; MANENTI, G.; FREIRE, S. de S. Inteligência artificial na educação contemporânea: apoio, mediação e responsabilidade. **Revista**

Boletim de Conjuntura, v. 25, n. 74, p. 1-17, 2026.

SOUSA, F. R. de; MASCIA, M. A. A.; CARRASQUEIRA, K. Ética e integridade acadêmica: desafios e possibilidades do uso de Inteligência Artificial no processo de editoração científica. **Práxis Educativa**, v. 20, p. 1-13, 2025.

SOUZA, J. A. de; DANDOLINI, G. A. Inteligência artificial e os desafios à integridade acadêmica: um modelo integrado. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública**, v. 8, n. 21, p. 35-46, 2025.